


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Libanezes 1998, Fórum, Vila Nossa Senhora do Carmo - CEP 14801-425, Fone: (16) 3336-1888, Araraquara-SP - E-mail:

araraq3cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR**

Processo Digital nº 1529358-92.2018.8.26.0037

Classe - Assunto Termo Circunstanciado - Contravenções Penais

Autor Justiça Pública

Autor do Fato ANTONIO OLEGARIO DE SOUZA

TERMO DE AUDIÊNCIA – (T.C. nº 511/2018 – artigo 29, § 1º, inciso III, da Lei nº 9.605/98) – Em 27 de setembro de 2018, às 16 horas, nesta cidade e comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, no edifício do Fórum, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal, sob a presidência do MM. Juiz de Direito, DR. ROBERTO RAINERI SIMÃO, que se achava presente comigo, escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, apregoadas as partes para a audiência nos autos do Termo Circunstanciado supramencionado, movido pela Justiça Pública contra ANTONIO OLEGÁRIO DE SOUZA, constatou-se a presença do representante do Ministério Público, DR. MARCEL ZANIN BOMBARDI. Presente o autor do fato, acompanhado da advogada plantonista nomeada, DRA. SONIA MARIA PETENATTI, OAB/SP nº 114.448. Iniciados os trabalhos, dada a palavra ao representante do Ministério Público, por ele foi dito o seguinte: “MM. Juiz, proponho a aplicação de pena restritiva de direitos, nos termos do artigo 76 da Lei nº 9.099/95, consistente na prestação pecuniária correspondente ao pagamento de 01 (um) salário mínimo, no valor de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), em 02 parcelas de R\$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais), sendo a primeira em 25/10/2018 e a segunda em 26/11/2018, depositados na conta corrente do COMCRIAR – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araraquara (FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), qual seja, conta nº 83.731-8, agência 0082-5, Banco do Brasil S/A. Compromete-se o autor do fato a apresentar, em cartório, os comprovantes dos depósitos, assim que estes sejam efetuados. Está ciente o autor do fato de que os depósitos deverão ser efetuados diretamente no caixa de atendimento pessoal do Banco, bem assim de que não será aceito comprovante de depósito realizado em terminal de caixa eletrônico. Para efetivação dos depósitos será necessária a apresentação do CPF do autor do fato.” A seguir, submetida a proposta à apreciação do autor do fato e da Defensora, foi ela aceita. Em sequência, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: “VISTOS. Presentes os requisitos legais, acolho a proposta do Ministério Público, devidamente aceita pelo autor do fato e pela Defensora. Via de consequência, homologo a avença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Outrossim, determino a expedição de certidão de honorários em favor da advogada, DRA. SONIA MARIA PETENATTI, OAB/SP nº 114.448, que nesta data laborou como Defensora plantonista

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****3ª VARA CRIMINAL**

Rua Libanezes 1998, Fórum, Vila Nossa Senhora do Carmo - CEP 14801-425, Fone: (16) 3336-1888, Araraquara-SP - E-mail:

araraq3cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

nomeada, conforme nomeação que segue juntada. Publique-se na Imprensa Oficial para retirada da certidão em cartório." Cientes os presentes. Este termo é assinado eletronicamente pelo MM. Juiz, sendo dispensada pelas partes presentes neste ato a providência do artigo 1269, § 1º, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Nada mais. Para constar, eu, Helberte Fragalá Possi, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM. Juiz